

ANÁLISE DE CONFORMIDADE DE LAUDOS PERICIAIS SOBRE VÍCIOS CONSTRUTIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Trabalho de Perícia ou Inspeção Predial

MARCUS VINÍCIUS FERNANDES GROSSI
DEBORA RODRIGUES PEREIRA DIAS
KAROLINE WILLEMANN FERNANDES

João Pessoa - PB
2025

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



ANÁLISE DE CONFORMIDADE DE LAUDOS PERICIAIS SOBRE VÍCIOS CONSTRUTIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

RESUMO

Diante da crescente judicialização de litígios envolvendo vícios construtivos, a qualidade da prova pericial é fundamental para a justa resolução de conflitos. Este artigo teve como objetivo avaliar o nível de conformidade de laudos periciais de engenharia, produzidos no âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), frente aos requisitos do Código de Processo Civil e da ABNT NBR 13752. Realizou-se um estudo documental e quantitativo em uma amostra estatisticamente representativa de 108 laudos, extraída de um universo de 2.955 peritos cadastrados (margem de erro de $\pm 7,8\%$ para um nível de confiança de 90%). A análise foi conduzida com auxílio de modelos de linguagem ampla (LLMs) sob rigorosa supervisão humana, utilizando uma escala de três níveis (Conforme, Parcialmente Conforme e Não Conforme). Os resultados revelam um paradoxo: enquanto há alta conformidade em itens estruturais básicos, como "Coleta de Dados" (100%), identificam-se falhas críticas na declaração do "Método" (37% de não conformidade) e na "Fundamentação" técnica (21% com conformidade parcial ou ausente). Conclui-se que os laudos periciais de vícios construtivos apresentam fragilidades que comprometem a transparência e o validade das conclusões, impactando sua confiabilidade como prova judicial.

Palavras-chave: Laudo pericial; Perícias de Engenharia; Patologia das Construções.

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. MÉTODO DE PESQUISA	4
2.1. Definição e seleção da amostra	5
2.2. Processo de análise	5
2.3. Validação dos dados	6
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	7
3.1. Análise do perfil dos peritos	8
3.2. Análise da conformidade dos laudos.....	10
4. CONCLUSÃO.....	12

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



1. INTRODUÇÃO

O crescente volume de litígios envolvendo vícios construtivos reflete não apenas a complexidade técnica da construção civil moderna, mas também a maior conscientização da sociedade sobre seus direitos. Neste cenário contencioso, a Engenharia Forense assume um papel central, aplicando conhecimentos técnicos e científicos para investigar as origens de falhas e anomalias em edificações. A criticidade desse trabalho para a justa resolução de conflitos é evidenciada em diversas esferas judiciais; exemplo disso é a análise de Mendonça e Mounzer (2021), que destacou como a definição da responsabilidade civil no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) é diretamente subsidiada pelas conclusões dos laudos periciais.

Diante da relevância de tal prova no contexto paulista, é fundamental compreender sua aplicação local. Para dirimir essas controvérsias, o magistrado recorre à prova pericial, figura essencial no ordenamento jurídico brasileiro, conforme preconiza o Código de Processo Civil (BRASIL, 2015). O perito judicial atua como *"longa manus judicis"* a extensão dos olhos e ouvidos do juiz em matéria técnica. Conforme ensina Theodoro Júnior (2016), a prova pericial é necessária *"sempre que a apuração dos fatos litigiosos não se possa fazer pelos meios usuais de convencimento do julgador, por reclamar conhecimentos técnicos ou científicos especiais"*. Essa prova se materializa no laudo pericial, peça que, segundo Gomide *et al.* (2021), deve ser uma tradução fiel das constatações do perito para o julgador.

A credibilidade e a força probatória de um laudo pericial não residem em meras opiniões, mas em sua conformidade com parâmetros rigorosos. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por meio da ABNT NBR 13752: Perícias de engenharia na construção civil, estabelece as diretrizes fundamentais para a elaboração de laudos. Adicionalmente, as normas e publicações do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (IBAPE) consolidam as melhores práticas do setor, servindo como referência de qualidade para os profissionais (IBAPE-SP, 2022).

Contudo, a existência de um arcabouço normativo robusto não garante sua aplicação uniforme. A preocupação com a aderência dos laudos a estes padrões no maior tribunal do país é tema de investigações recentes, como a de Dias, Fernandes e Grossi (2024), que, ao analisar um conjunto de laudos do TJSP, já identificou desvios relevantes. Partindo dessa constatação e reconhecendo a necessidade de uma análise contínua, o presente artigo se propõe a aprofundar essa investigação. Desta forma, persiste a questão: *"em que medida os laudos periciais sobre vícios construtivos, produzidos no âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo, estão em conformidade com as prescrições normativas?"*. O objetivo desse trabalho é, portanto, fornecer um panorama atualizado sobre a aderência técnica desses laudos, validar e expandir os achados da literatura recente para o contexto paulista, e discutir as implicações dessas não conformidades para a segurança jurídica e a justa resolução dos conflitos.

2. MÉTODO DE PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo documental, de natureza quantitativa, que analisou a conformidade estrutural de laudos periciais de engenharia

no contexto de litígios sobre vícios construtivos, com base nos requisitos legais e normativos aplicáveis.

2.1. Definição e seleção da amostra

O universo da pesquisa foi composto pelos 2.955 peritos com formação em engenharia civil ou arquitetura cadastrados no portal de Auxiliares da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP, 2025a) em julho de 2025. A partir deste universo, realizou-se uma amostragem aleatória simples, resultando em uma amostra de 108 peritos.

Para cada perito selecionado, procedeu-se a uma busca em processos públicos disponíveis no portal e-SAJ (TJSP, 2025b), selecionando-se aleatoriamente um laudo pericial de sua autoria, protocolado entre janeiro de 2020 e dezembro de 2024. Adotou-se como critério de inclusão que o objeto do laudo fosse, inequivocamente, a apuração de vícios construtivos ou patologias em edificações, a fim de garantir a coerência e o foco da análise.

Para garantir a validade estatística do estudo, calculou-se a margem de erro da amostra (Equação 1). Considerando o tamanho da população ($N=2.955$) e da amostra ($n=108$), obteve-se uma margem de erro de $\pm 7,8\%$ para um nível de confiança de 90% ($Z\text{-score} = 1.645$). Este resultado assegura que as conclusões obtidas a partir dos laudos analisados possam ser inferidas para o universo total, respeitando-se a margem de erro apurada.

Equação 1 - Cálculo da Margem de Erro Amostral

$$ME = Zx \sqrt{\frac{p(1-p)}{n}} x \sqrt{\frac{N-n}{N-1}}$$

Onde:

- **ME** = Margem de Erro
- **Z** = Escore-Z, valor crítico que corresponde ao nível de confiança (para 90% de confiança, $Z = 1,645$)
- **p** = Proporção da amostra (utiliza-se $p = 0,5$ para obter o maior erro possível, conferindo máxima conservadoriedade ao resultado)
- **n** = Tamanho da amostra (108)
- **N** = Tamanho da população (2.955)

2.2. Processo de análise

A análise foi dividida em duas frentes: a) o perfil dos peritos; b) a conformidade dos laudos. As informações sobre a qualificação dos peritos foram extraídas da 'Consulta Pública de Auxiliares da Justiça', ciente das limitações de serem dados autodeclarados e, por vezes, desatualizados.

Para a avaliação da conformidade dos laudos, desenvolveu-se um checklist objetivo (Quadro 1) com base nos requisitos do Código de Processo Civil (BRASIL, 2015) e, fundamentalmente, nas diretrizes da ABNT NBR 13752 (1996)¹.

¹ Adotou-se a versão antiga da norma (ABNT, 1996) porque a versão vigente atualmente (ABNT, 2024) foi publicada em outubro de 2024, não sendo aplicável a maioria dos laudos analisados.

Quadro 1 - Critérios de avaliação de conformidade de laudo pericial sobre vícios construtivos

Nº	CPC	NBR 13752	Critério
1	Art. 473, I	4.5 e 4.6	Estar descrito o “Objeto” e “Objetivo” da perícia.
2	Art. 473, III	4.3.1.3 a	Ter uma seção de método ou metodologia utilizada.
3	-	4.3.1.3 b	Ter uma seção de coleta de dados, ou constatação ou levantamento.
4	Art. 473, II	4.3.1.3 c	Ter uma seção de análise técnica ou científica.
5	Art. 473, IV § 2º	4.3.1.3 d	Ter fundamentação com uso de citações a referências técnicas ou científicas.
6	Art. 473, IV	-	Ter resposta aos quesitos.
7	Art. 473, IV § 1º	5.1 g	Ter uma conclusão.

Fonte: adaptado de BRASIL (2015); ABNT NBR 13752 (1996).

Para a avaliação de conformidade, considerou-se inicialmente um sistema binário de verificação (Conforme/Não Conforme). Contudo, em análises preliminares, observou-se que tal sistema era insuficiente para diferenciar laudos que cumpriam um critério de forma meramente superficial daqueles que o faziam de modo exemplar. A fim de garantir maior representatividade e precisão aos resultados, optou-se por uma escala de avaliação de 3 níveis: Conforme (C), para atendimento completo do critério; Conforme Parcialmente (CP), para atendimento incompleto, superficial ou ambíguo; e Não Conforme (NC), para a ausência do critério.

A avaliação dos 108 laudos foi conduzida com o auxílio de modelos de linguagem ampla (LLMs), especificamente o GPT-4o e o Gemini Pro. Para cada laudo, os comandos de análise foram inseridos manualmente nas plataformas. Foi desenvolvido um prompt estruturado para guiar a análise, definindo a persona de um perito sênior, a tarefa de avaliação de conformidade e a aplicação rigorosa da escala de 3 níveis para cada um dos sete critérios. O detalhamento completo do prompt utilizado encontra-se no **Apêndice A** desse trabalho.

2.3. Validação dos dados

Reconhecendo os limites de uma análise puramente automatizada e para garantir a máxima fidedignidade dos dados, adotou-se uma abordagem metodológica mista, com um rigoroso protocolo de supervisão humana contínua sobre os resultados gerados pelas IAs.

Cada uma das 108 análises automatizadas foi individualmente inspecionada por um dos pesquisadores. Uma análise manual aprofundada, com a releitura do trecho pertinente do laudo, era imediatamente acionada ao se identificar um dos seguintes critérios de alerta: a) incongruência ou falta de lógica entre a classificação atribuída (C, CP ou NC) e a evidência textual extraída como justificativa; b) respostas excessivamente padronizadas ou repetitivas entre laudos distintos, que pudessem

indicar falha de processamento ou generalização indevida por parte do modelo de linguagem.

Adicionalmente, para assegurar a consistência da análise e mitigar os efeitos da degradação da janela de contexto dos modelos de IA, os laudos foram processados em lotes de aproximadamente 20 documentos, com o reinício da sessão de análise para cada novo lote.

Esta abordagem, que alia a escalabilidade da análise por IA com o rigor da verificação humana constante, permitiu uma avaliação objetiva e abrangente do panorama atual dos laudos periciais sobre vícios construtivos no TJSP, conferindo alta confiabilidade aos dados que fundamentam este trabalho.

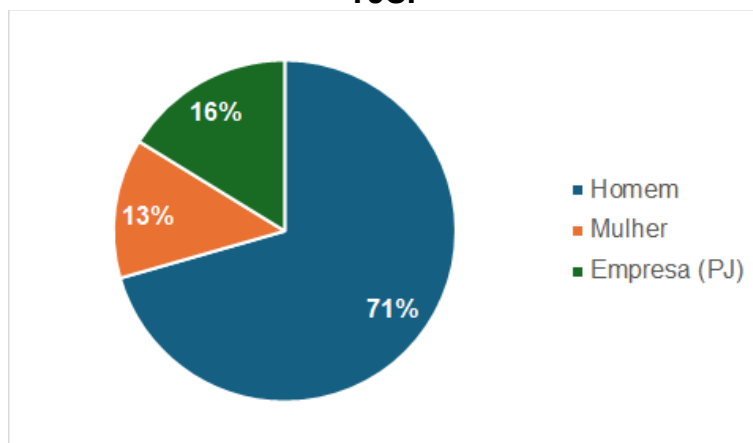
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A amostra analisada é composta por 2.955 profissionais cadastrados como engenheiros civis, arquitetos ou engenheiros civis e ambientais, todos incluídos na Consulta Pública de Auxiliares da Justiça do TJSP, ou seja, profissionais que já foram nomeados ao menos uma vez como peritos judiciais.

A distribuição por categoria é a seguinte:

- **Homens:** 2.085 (70,6%)
- **Empresas (PJ):** 479 (16,2%)
- **Mulheres:** 391 (13,2%)

Gráfico 1 - Distribuição de gênero e natureza jurídica dos peritos nomeados no TJSP

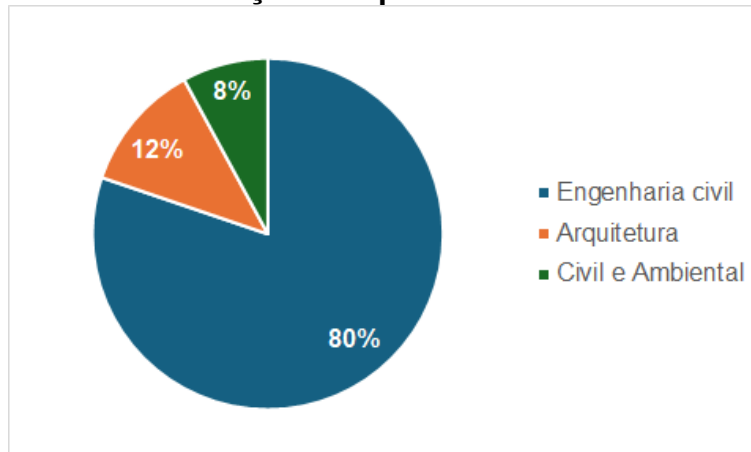


Fonte: os autores

No que se refere à formação acadêmica declarada, observa-se:

- **Engenharia Civil:** 2.370 (80,2%)
- **Arquitetura:** 351 (11,9%)
- **Engenharia Civil e Ambiental:** 234 (7,9%)

Gráfico 2 - Formação dos peritos nomeados no TJSP



Fonte: os autores

A análise evidencia a predominância de profissionais homens e formados em engenharia civil entre os peritos nomeados pelo TJSP. A baixa participação feminina (13,2%) é um dado notável, indicando que a área de perícias de engenharia no contexto do TJSP ainda é um campo majoritariamente masculino, o que espelha uma tendência histórica da própria construção civil, mas também aponta para uma possível barreira de entrada ou menor procura por parte das profissionais mulheres.

3.1. Análise do perfil dos peritos

A análise do perfil dos 108 peritos judiciais sorteados revela significativa heterogeneidade na qualificação técnica e acadêmica dos profissionais.

A análise da formação básica (Tabela 1 e Gráfico 3) demonstra uma predominância absoluta da Engenharia Civil, que responde por 93% da amostra (101 profissionais). A Arquitetura e Urbanismo representa 5% (6 profissionais), enquanto outras formações, como Engenharia Ambiental e Sanitária, compõem o restante (1%).

No que tange à titulação acadêmica, a Tabela 2 e o Gráfico 4 indicam que a maioria dos peritos busca a formação continuada. Os dados mostram que 64% dos profissionais possuem especialização *lato sensu*, 6% têm mestrado e 5% alcançaram o doutorado. Somados, os profissionais com pós-graduação representam 75% da amostra, enquanto os 26% restantes atuam apenas com o diploma de graduação.

Em síntese, os dados evidenciam a centralidade da Engenharia Civil na área de perícias de edificações no TJSP. Ao mesmo tempo, apontam para uma valorização da especialização, embora a presença de mais de um quarto de peritos atuando sem pós-graduação formal possa indicar um ponto de atenção quanto à qualificação específica exigida para a complexa atuação na esfera judicial.

Tabela 1 - Perfil dos peritos sorteados em função da graduação

Peritos	Formação básica	
	Freq.	%
Arquitetura e Urbanismo	6	5%
Engenharia Ambiental e Sanitária	1	1%

<i>Engenharia Civil</i>	101	93%
Total	108	100%

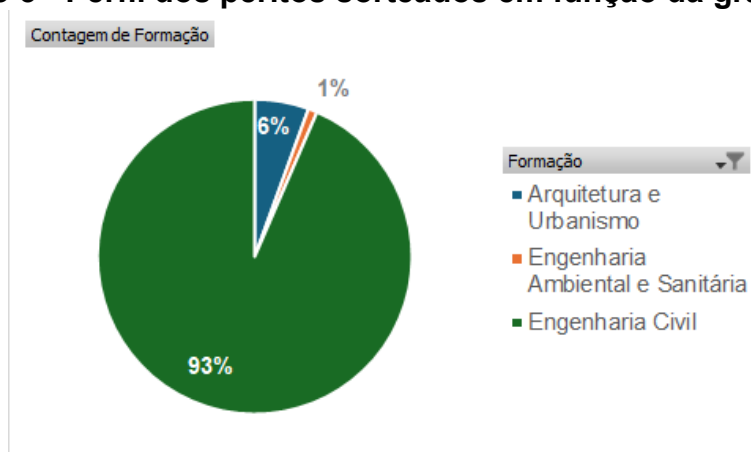
Fonte: os autores

Tabela 2 - Perfil dos peritos sorteados em função da pós-graduação

<i>Formação principal</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
<i>Bacharel</i>	28	26%
<i>Especialização</i>	69	64%
<i>Mestrado</i>	6	6%
<i>Doutorado</i>	5	5%
Total	108	100%

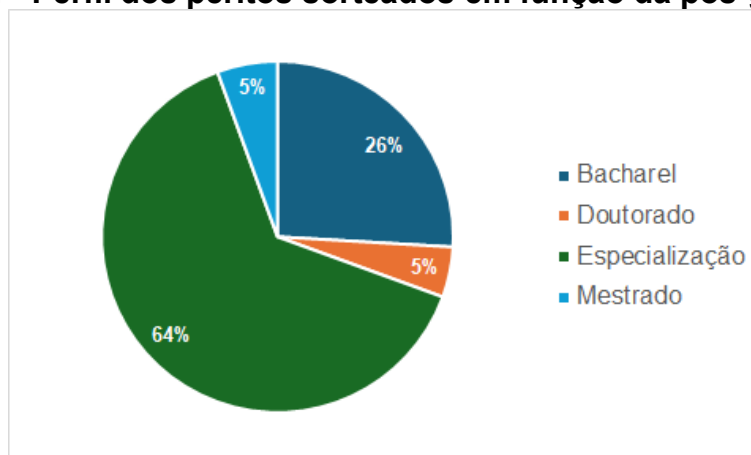
Fonte: os autores

Gráfico 3 - Perfil dos peritos sorteados em função da graduação



Fonte: os autores

Gráfico 4 - Perfil dos peritos sorteados em função da pós-graduação



Fonte: os autores

3.2. Análise da conformidade dos laudos

A análise quantitativa da conformidade dos 108 laudos periciais, cujos resultados consolidados por critério se encontram na Tabela 3, revela um desempenho geral positivo, mas com fragilidades notáveis em aspectos metodológicos e de fundamentação.

Tabela 3 – Nível de atendimento de cada critério – média dos laudos

<i>Classificação</i>	<i>1. Objeto e objetivo da perícia</i>	<i>2. Método</i>	<i>3. Coleta de dados</i>	<i>4. Análise técnica</i>	<i>5. Fundamentação</i>	<i>6. Respostas aos quesitos</i>	<i>7. Conclusão</i>
Conformidade	93%	56%	100%	97%	79%	94%	96%
Conf. Parcial.	7%	7%	0%	2%	11%	1%	2%
Não Conf.	0%	37%	0%	1%	10%	2%	2%

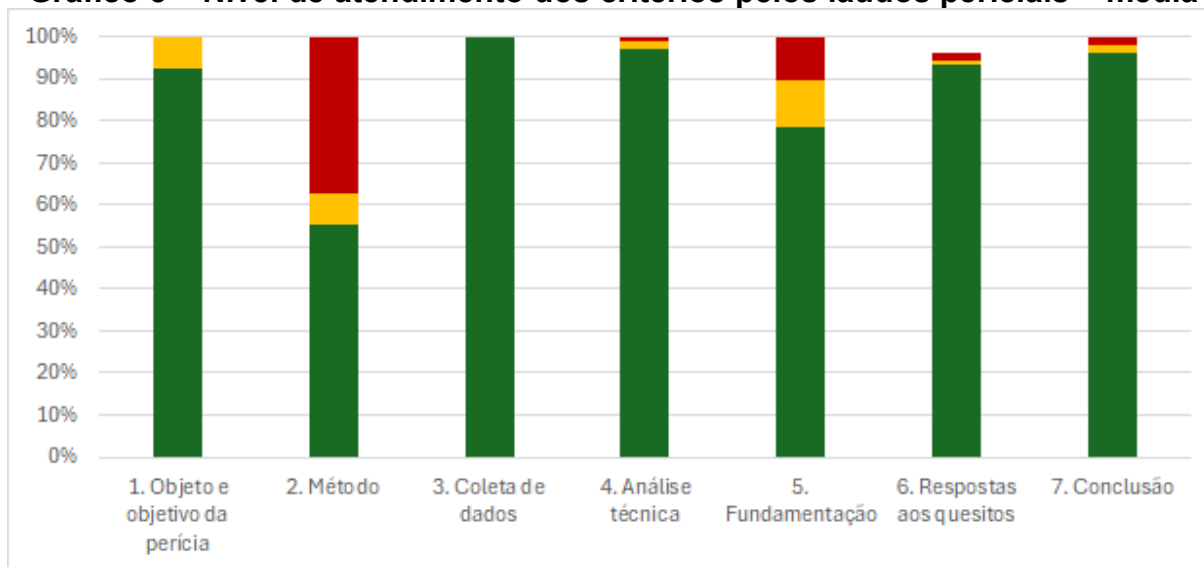
Fonte: os autores

Observa-se um alto índice de conformidade total (C) em itens que compõem a estrutura elementar de um laudo. Destacam-se "Coleta de Dados" (100%), "Análise Técnica" (97%), "Conclusão" (96%), "Respostas aos Quesitos" (94%) e "Objeto e Objetivo" (93%). Estes números, visualizados na média geral do Gráfico 5, indicam que a maioria dos peritos segue adequadamente o roteiro básico de apresentação do trabalho pericial.

Em contrapartida, a análise expõe duas deficiências críticas. O critério 2, "Método", é o ponto mais frágil, com apenas 56% de conformidade total e um alarmante índice de 37% de não conformidade (NC). Este dado sugere que uma parcela expressiva dos peritos não declara de forma explícita a metodologia empregada, uma falha técnica significativa.

O segundo ponto de atenção é o critério 5, "Fundamentação", que, embora tenha 79% de conformidade, apresenta 21% de laudos com fundamentação parcial ou ausente, indicando dificuldade em referenciar as conclusões em normas e literatura técnica.

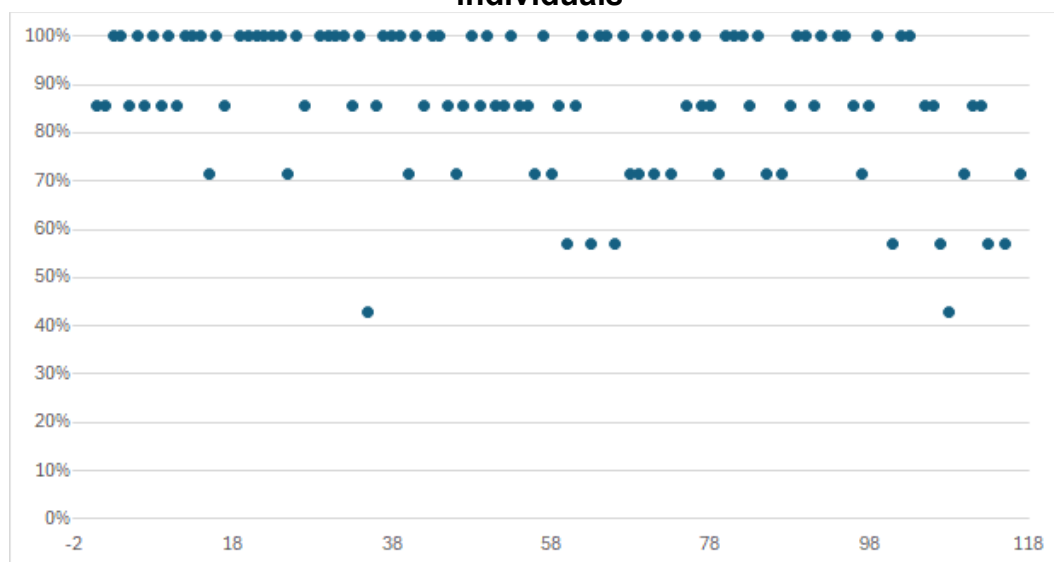
Gráfico 5 – Nível de atendimento dos critérios pelos laudos periciais – média



Fonte: os autores

O Gráfico 6 ilustra a variação de desempenho individual dos laudos em relação a esses critérios.

Gráfico 6 – Nível de atendimento dos critérios pelos laudos periciais - individuais



Fonte: os autores

Aprofundando a análise, buscou-se correlacionar o nível de conformidade dos laudos com a titulação acadêmica dos peritos. Contudo, em virtude da baixa frequência de profissionais com mestrado (n=6) e doutorado (n=5) na amostra, uma comparação direta entre todos os níveis de titulação seria estatisticamente imprecisa.

Para permitir uma análise mais robusta, os peritos foram agregados em três grupos principais: **1) Apenas Graduação** (n=28); **2) Especialização *lato sensu*** (n=69); e **3) Mestrado ou Doutorado (*stricto sensu*)** (n=11).

A Tabela 4 e Gráfico 7 apresentam a média de conformidade para cada um desses grupos. Observa-se um desempenho muito similar entre os peritos com especialização (média de 89%) e aqueles apenas com graduação (87%). De forma notável, o grupo com titulação *stricto sensu* (mestres e doutores) apresentou uma média de conformidade ligeiramente inferior (84%).

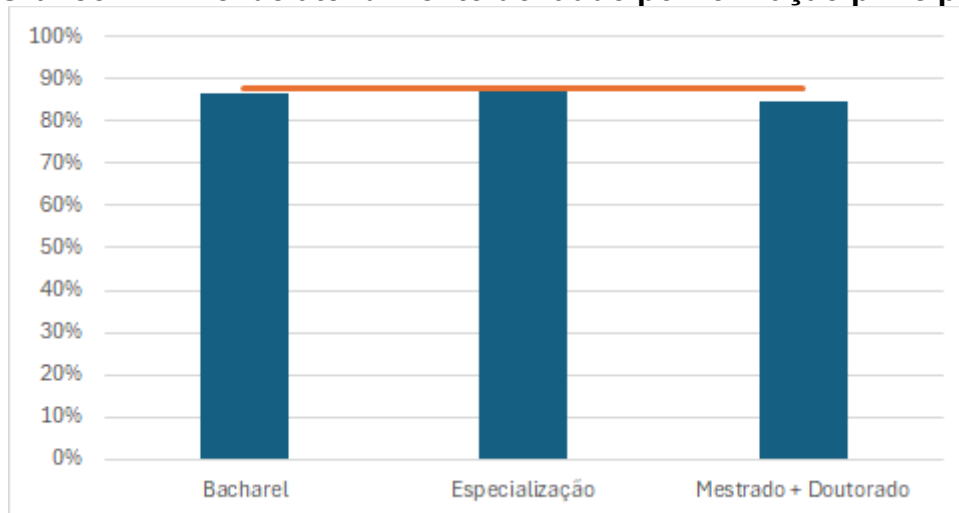
Este achado, embora exploratório devido ao tamanho ainda limitado do grupo *stricto sensu*, sugere que, na amostra analisada, a obtenção de um título de mestre ou doutor não se correlacionou diretamente com uma maior conformidade dos laudos aos critérios formais avaliados. A especialização *lato sensu*, mais focada na prática profissional, demonstrou ser o diferencial mais associado a um maior alinhamento com os padrões de estrutura pericial.

Tabela 4 – Nível de atendimento do laudo por formação principal

<i>Rótulos de Linha</i>	<i>Contagem</i>	<i>Média de Notas</i>
<i>Bacharel</i>	28	87%
<i>Especialização</i>	69	89%
<i>Mestrado + Doutorado</i>	11	84%
<i>Média Geral</i>	108	88%

Fonte: os autores

Gráfico 7 - Nível de atendimento do laudo por formação principal



Fonte: os autores

4. CONCLUSÃO

O presente estudo buscou responder em que medida os laudos periciais sobre vícios construtivos, produzidos no âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo, estão em conformidade com as prescrições normativas e legais. A análise quantitativa de uma amostra estatisticamente representativa de 108 laudos revelou um cenário com falhas críticas em critérios que definem o rigor técnico e a transparência metodológica da prova pericial.

Os resultados demonstraram alta conformidade em quesitos como a apresentação do objeto e objetivo, a coleta de dados, a análise técnica, a resposta aos quesitos e a apresentação de uma conclusão. Isso indica que os peritos, em geral, dominam o roteiro elementar de um laudo para constatação de evidências. Contudo, a pesquisa expôs duas deficiências sistêmicas que comprometem a validade das conclusões da prova pericial. A primeira, e mais alarmante, é a ausência da declaração explícita do método empregado, com 37% dos laudos em não conformidade total neste critério. A segunda é a fragilidade na fundamentação das análises, com 21% dos laudos apresentando referencial técnico parcial ou inexistente. Essas lacunas sugerem que, para uma parcela significativa dos profissionais, a prática pericial se apoia mais na autoridade de sua experiência do que na demonstração transparente e replicável de seus procedimentos e bases de conhecimento, o que viola os princípios elementares da perícia.

Adicionalmente, a análise do perfil dos peritos trouxe achados relevantes. A correlação entre a titulação acadêmica e a conformidade dos laudos não seguiu a progressão esperada; a especialização *lato sensu*, mais focada na prática, associou-se a um maior alinhamento aos padrões formais do que os graus *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Este resultado exploratório levanta questões sobre a natureza da formação oferecida e sua aplicabilidade direta na elaboração de peças processuais.

As implicações desses achados são relevantes. Para o sistema de justiça, laudos com falhas metodológicas e de fundamentação podem fragilizar a prova, prolongar litígios e, em última instância, comprometer a segurança jurídica das decisões. Para a engenharia forense, os resultados funcionam como um diagnóstico e um chamado à ação, destacando a necessidade de reforçar a importância da metodologia e da fundamentação normativa na formação continuada dos peritos.

Apesar de sua validade estatística, este estudo possui limitações. A análise, de natureza estrutural, não avaliou o conteúdo ou a acurácia técnica das conclusões periciais. Além disso, os dados do perfil profissional são autodeclarados, e os achados são específicos ao contexto do TJSP.

Diante do exposto, sugerem-se como caminhos para futuras pesquisas: a) estudos qualitativos, por meio de entrevistas com peritos, para investigar as causas das não conformidades metodológicas; b) análises comparativas com outros tribunais de justiça do país; e c) estudos longitudinais para monitorar a evolução da conformidade dos laudos, especialmente após a consolidação da nova ABNT NBR 13752:2024.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **ABNT NBR 13752**: Perícias de Engenharia na Construção Civil. Rio de Janeiro, 1996 (cancelada).

_____. **ABNT NBR 13752**: Perícias de Engenharia na Construção Civil. Rio de Janeiro, 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.105**, de 16 de março de 2015. Dispõe sobre o Código de Processo Civil. Brasília, 17 mar. 2015.

DIAS, Débora Rodrigues Pereira; FERNANDES, Karoline Willemann; GROSSI, Marcus Vinícius Fernandes. Análise de conformidade de laudos periciais sobre vícios construtivos do TJSP. In: Encontro Nacional de Patologistas das Construções (ENAPAT), 3., 2024, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ADPAT, 2024.

GOMIDE, Tito Lívio Ferreira *et al.* **Manual de engenharia diagnóstica**. 2ed. São Paulo: LEUD, 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO (TJSP). **Consulta Pública de Auxiliares da Justiça**. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/auxiliaresjustica/auxiliarjustica/consultapublica>. Acesso em: 19 jul. 2025a.

_____. **E-SAJ**. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj/portal.do?servico=740000>. Acesso em: 19 jul. 2025b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS DE ENGENHARIA DE SÃO PAULO (IBAPE-SP). **Perícias judiciais de engenharia e arquitetura**. São Paulo: IBAPE-SP, 2022.

MENDONÇA, Beatriz Costa de; MOUNZER, Elie Chandan. Responsabilidade civil nas patologias de edificações: uma visão técnica sobre as perícias judiciais. **Brazilian Journal of Development**, [S.L.], v. 7, n. 4, p. 42457-42474, 27 abr. 2021. South Florida Publishing LLC. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv7n4-623>.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. III, 49 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

APÊNDICE A – Prompt utilizado

A análise dos laudos foi realizada mediante submissão dos textos ao ChatGPT 4o e Gemini Pro, utilizando o prompt abaixo:

PERSONA E CONTEXTO:

Você atuará como um engenheiro perito sênior, especialista em engenharia diagnóstica e membro de um comitê técnico-científico. Sua tarefa é realizar uma análise de conformidade de um laudo pericial judicial sobre vícios construtivos, para fins de uma pesquisa acadêmica. A análise deve ser estritamente objetiva, baseada na presença ou ausência de seções e informações essenciais.

TAREFA E INSTRUÇÕES:

Avalie o laudo pericial fornecido, verificando cada um dos 7 critérios listados abaixo.

Para cada critério:

Responda utilizando a seguinte escala de 3 níveis:

C (Conforme): O critério é atendido de forma completa, clara e explícita.

CP (Conforme Parcialmente): O critério é atendido de forma incompleta, superficial, implícita ou ambígua. O elemento existe, mas não é apresentado de forma clara ou completa.

NC (Não Conforme): O critério não é atendido. O elemento está ausente no documento.

Na linha seguinte, sob o título 'Evidência/Justificativa', extraia o trecho exato do laudo (entre aspas) que comprova sua avaliação. Se a avaliação for 'NC', justifique brevemente a ausência do critério.

Apresente o resultado final em uma única tabela.

Importante: Sua análise deve focar na conformidade estrutural do item, avaliando se ele foi apresentado de forma completa (C), parcial (CP) ou se está ausente (NC), sem julgar o mérito técnico do conteúdo.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DETALHADOS:

Objeto e objetivo da perícia — Está descrito de forma o que será analisado e qual é o escopo da perícia?

Método ou metodologia empregada — O laudo declara explicitamente a metodologia utilizada, seja através de uma seção dedicada (ex: 'Metodologia', 'Método Adotado') ou de uma frase clara que introduza o método geral (ex: 'A metodologia para esta perícia consistiu em...')? A simples descrição de ações avulsas (como 'foi feita uma vistoria') sem essa formalização explícita não atende a este critério.

Coleta de dados, constatações ou levantamento — O perito relata o que foi observado em campo, por exemplo, com registro fotográfico, entrevistas, documentos, inspeções, vistorias, ensaios etc.?

Análise técnica dos fatos constatados — O perito vai além da simples descrição? Há uma discussão ou desenvolvimento de um raciocínio técnico que conecta os fatos observados aos princípios da engenharia/arquitetura?

Fundamentação técnica ou normativa — As conclusões, diagnósticos ou análises estão fundamentados em referências externas, como normas técnicas, livros, artigos, legislação, manuais técnicos ou literatura especializada?

Respostas aos quesitos — Se houver quesitos no processo, o laudo responde a eles expressamente?

Conclusão pericial clara e relacionada ao objeto — Há uma seção conclusiva que retoma o objeto da perícia e apresenta juízo técnico, vinculando-o aos elementos de prova levantados?

APÊNDICE B – Resultados da pesquisa

Laudo	Pós-Graduação	1. Objeto e objetivo da perícia	2. Método	3. Coleta de dados	4. Análise técnica	5. Fundamentação	6. Respostas aos quesitos	7. Conclusão	Nota
1	Mestrado	C	NC	C	C	C	C	C	86%
2	Especialização	C	NC	C	C	C	C	C	86%
3	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
4	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
5	Especialização	C	NC	C	C	C	C	C	86%
6	Bacharel	C	C	C	C	C	C	C	100%
7	Bacharel	C	NC	C	C	C	C	C	86%
8	Bacharel	C	C	C	C	C	C	C	100%
9	Especialização	C	NC	C	C	C	C	C	86%
10	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
11	Especialização	C	NC	C	C	C	C	C	86%
12	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
13	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
14	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
15	Bacharel	C	NC	C	C	NC	C	C	71%
16	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
17	Especialização	C	NC	C	C	C	C	C	86%
18	Excluído por não atender os critérios								
19	Bacharel	C	C	C	C	C	C	C	100%
20	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
21	Mestrado	C	C	C	C	C	C	C	100%
22	Bacharel	C	C	C	C	C	C	C	100%
23	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
24	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
25	Bacharel	C	NC	C	C	NC	C	C	71%
26	Bacharel	C	C	C	C	C	C	C	100%
27	Especialização	C	NC	C	C	C	C	C	86%
28	Excluído por não atender os critérios								
29	Bacharel	C	C	C	C	C	C	C	100%
30	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
31	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
32	Bacharel	C	C	C	C	C	C	C	100%
33	Bacharel	C	NC	C	C	C	C	C	86%
34	Bacharel	C	C	C	C	C	C	C	100%
35	Especialização	CP	NC	C	C	NC	NA	C	43%
36	Especialização	C	C	C	C	C	NA	C	86%

Laudo	Pós-Graduação	1. Objeto e objetivo da perícia	2. Método	3. Coleta de dados	4. Análise técnica	5. Fundamentação	6. Respostas aos quesitos	7. Conclusão	Nota
37	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
38	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
39	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
40	Especialização	C	NC	C	C	NC	C	C	71%
41	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
42	Bacharel	C	NC	C	C	C	C	C	86%
43	Doutorado	C	C	C	C	C	C	C	100%
44	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
45	Especialização	C	NC	C	C	C	C	C	86%
46	Especialização	CP	NC	C	C	C	C	C	71%
47	Bacharel	C	NC	C	C	C	C	C	86%
48	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
49	Especialização	C	NC	C	C	C	C	C	86%
50	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
51	Especialização	C	NC	C	C	C	C	C	86%
52	Especialização	C	NC	C	C	C	C	C	86%
53	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
54	Especialização	C	CP	C	C	C	C	C	86%
55	Bacharel	C	C	C	C	C	NC	C	86%
56	Especialização	C	NC	C	C	NC	C	C	71%
57	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
58	Especialização	C	NC	C	C	C	NC	C	71%
59	Mestrado	C	NC	C	C	C	C	C	86%
60	Bacharel	C	CP	C	NC	C	C	NC	57%
61	Especialização	C	CP	C	C	C	C	C	86%
62	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
63	Especialização	C	NC	C	CP	NC	C	C	57%
64	Doutorado	C	C	C	C	C	C	C	100%
65	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
66	Mestrado	C	NC	C	CP	NC	C	C	57%
67	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
68	Especialização	CP	NC	C	C	C	C	C	71%
69	Especialização	C	NC	C	C	NC	C	C	71%
70	Doutorado	C	C	C	C	C	C	C	100%
71	Especialização	C	NC	C	C	CP	C	C	71%
72	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
73	Bacharel	C	NC	C	C	CP	C	C	71%
74	Doutorado	C	C	C	C	C	C	C	100%

Laudo	Pós-Graduação	1. Objeto e objetivo da perícia	2. Método	3. Coleta de dados	4. Análise técnica	5. Fundamentação	6. Respostas aos quesitos	7. Conclusão	Nota
75	Especialização	C	NC	C	C	C	C	C	86%
76	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
77	Bacharel	C	C	C	C	NC	C	C	86%
78	Especialização	C	NC	C	C	C	C	C	86%
79	Especialização	C	C	C	C	CP	C	CP	71%
80	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
81	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
82	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
83	Especialização	C	C	C	C	CP	C	C	86%
84	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
85	Mestrado	C	NC	C	C	CP	C	C	71%
86	Excluído por não atender os critérios								
87	Especialização	C	NC	C	C	CP	C	C	71%
88	Especialização	C	NC	C	C	C	C	C	86%
89	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
90	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
91	Especialização	C	C	C	C	CP	C	C	86%
92	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
93	Excluído por não atender os critérios								
94	Bacharel	C	C	C	C	C	C	C	100%
95	Bacharel	C	C	C	C	C	C	C	100%
96	Bacharel	C	C	C	C	CP	C	C	86%
97	Doutorado	C	CP	C	C	CP	C	C	71%
98	Especialização	C	C	C	C	CP	C	C	86%
99	Bacharel	C	C	C	C	C	C	C	100%
100	Excluído por não atender os critérios								
101	Mestrado	CP	CP	C	C	C	C	CP	57%
102	Bacharel	C	C	C	C	C	C	C	100%
103	Especialização	C	C	C	C	C	C	C	100%
104	Excluído por não atender os critérios								
105	Bacharel	C	NC	C	C	C	C	C	86%
106	Bacharel	C	CP	C	C	C	C	C	86%
107	Especialização	C	CP	C	C	NC	CP	C	57%
108	Bacharel	CP	NC	C	C	CP	C	NC	43%
109	Excluído por não atender os critérios								
110	Especialização	C	NC	C	C	C	NA	C	71%
111	Especialização	C	C	C	C	C	NA	C	86%
112	Bacharel	C	NC	C	C	C	C	C	86%
113	Especialização	CP	NC	C	C	CP	C	C	57%
114	Excluído por não atender os critérios								

Laudos	Pós-Graduação	1. Objeto e objetivo da perícia	2. Método	3. Coleta de dados	4. Análise técnica	5. Fundamentação	6. Respostas aos quesitos	7. Conclusão	Nota
115	Bacharel	CP	CP	C	C	NC	C	C	57%
116	Excluído por não atender os critérios								
117	Especialização	CP	NC	C	C	C	C	C	71%

Total	108	108	108	108	108	108	108	108	88%
C	100	60	108	105	85	101	104		
CP	8	8	0	2	12	1	2		
NC	0	40	0	1	11	2	2		